

Os profissionais ausentes de Piketty

Por Jeffrey Frankel

Valor Econômico, 26.9.2014

Forças compensatórias vão surgir se a diferença entre ricos e pobres continuar a aumentar. A democracia é uma dessas forças. Afinal, a ascensão da tributação progressiva no século XX seguiu-se aos excessos da Belle Époque.

Praticamente todas as resenhas possíveis sobre "O Capital no Século XXI", de Thomas Piketty, já foram escritas após sua ascensão meteórica ao topo das listas de livros mais vendidos em abril. Achei mais sensato, no entanto, ler todo o volume antes de dizer o que pensava a respeito. Levei cinco meses, mas terminei.

Algo que o livro tem em comum com "O Capital", de Karl Marx, é que serve de ponto de convergência para aqueles que se preocupam com a desigualdade, independentemente de entenderem ou concordarem com os argumentos de Piketty em particular. Para ser justo, enquanto bem pouco do que Marx escreveu foi baseado em estatísticas econômicas reunidas de forma meticulosa e muito do que escreveu é bizarro, muito do que Piketty escreve é baseado em estatísticas econômicas metulosamente reunidas e bem pouco do que escreve é bizarro.

Nos Estados Unidos, a desigualdade de renda, de acordo com a maior parte dos indicadores, está em alta desde 1981; e em 2007 havia aproximadamente alcançado o pico do início do século XX. O mesmo vale para Reino Unido, Canadá e Austrália. Nesses países, a desigualdade de renda caiu fortemente entre 1914 e 1950, assim como na França, Alemanha, Japão e Suécia. Neste segundo grupo, a distribuição de renda hoje é muito mais igualitária do que era no pico da desigualdade há cem anos.

Economistas voltaram seu foco, pelo menos nos EUA, às várias causas para esse aumento na iniquidade. Primeiro, há a diferença de salário entre os trabalhadores "capacitados" e "não capacitados", definida de acordo com sua formação educacional. Aqui, concorda-se em geral que os maiores salários refletem o valor econômico da capacitação, algo apropriado para uma economia cada vez mais tecnológica; e a questão é como melhorar a capacitação dos trabalhadores.

Segundo, há a alta remuneração aos que trabalham no mundo das finanças e aos executivos empresariais. A crise financeira em 2008, compreensivelmente, deixou muitos observadores céticos quanto aos argumentos de que essa remuneração se justifica porque realizam atividades socialmente valiosas.

Terceiro, há o caráter "o vencedor leva tudo" inerente a muitas profissões. Em uma sociedade que pode identificar o melhor dentista na cidade ou o melhor jogador de futebol do mundo, diferenças relativamente pequenas de capacidade ganham diferenças muito maiores na renda do que costumavam ganhar. Por fim, há o "acasalamento seletivo": homens altamente bem-sucedidos na profissão agora se casam com mulheres altamente bem-sucedidas na profissão.

O foco de Piketty não é nenhuma dessas fontes de desigualdade, todas relacionadas à "renda do trabalho" (salários). Em vez disso, sua preocupação é o que ele considera ser uma tendência à desigualdade na riqueza (capital) no

século XXI, resultante da acumulação consistente de poupança pelos que estão em melhor situação, que, por sua vez, é repassada, com juros acumulados, de uma geração a outra.

É verdadeiro que a proporção do capital (juros, dividendos e ganhos de capital) na renda como um todo subiu gradualmente nos principais países durante o período de 1975 a 2007, enquanto a proporção do trabalho (salários) caiu, tendência que, caso continue, sustentaria a hipótese de Piketty. O autor merece crédito por destacar a falta de fundamentos para as afirmações de que a proporção do capital na renda vai necessariamente passar a ser uma constante de longo prazo.

O ponto de vista de Piketty baseia-se diretamente no verdadeiro longo prazo: tendências de séculos, não flutuações de décadas. Por exemplo, a recente crise financeira mundial vai contra sua hipótese de ultralongo prazo: suas estatísticas claramente mostram uma queda discreta na desigualdade e na proporção do capital em 2008-2009, porque os preços dos ativos despencaram. Mas, da perspectiva de sua análise, isso é um ponto fora da curva no histórico.

As movimentações em três séculos constituem a essência do livro: um aumento na desigualdade no século XIX, uma queda no século XX e a previsão de retorno a uma desigualdade historicamente alta no XXI. Piketty argumenta de forma convincente - não apenas com estatísticas, mas também com referências a Honoré de Balzac e Jane Austen - que o primeiro aumento da desigualdade na França e Grã-Bretanha, principalmente entre 1800 e 1860, tomou a forma de acúmulo de capital. Um pequeno grupo de ricos rentistas vivia de seus juros; o resto tinha de trabalhar para viver.

A variação mais drástica nos gráficos de Piketty é a segunda, a forte queda na desigualdade no período de 1914 a 1950. Isso é atribuído à destruição do capital - pelas duas guerras mundiais, o crash em 1929 e a inflação - assim como a uma mudança histórica em direção a governos mais fortes e à tributação progressiva.

O que é surpreendente escasso entre os dados de Piketty são evidências de que o terceiro movimento - a retomada da desigualdade que começou em torno a 1980 - se deva a uma nova mudança nessa balança, do trabalho para o capital. A proporção da renda do capital no Reino Unido e França continua muito mais baixa do que em 1860. Os aumentos em vários indicadores de desigualdade desde os anos 70 tiveram mais a ver com mudanças dentro da proporção do trabalho (entre as diferentes categorias da renda do trabalho) do que na riqueza. Hoje, os ricos trabalham, ao contrário daqueles da era de Balzac e Austen.

A hipótese de Piketty, portanto, é mais uma previsão do futuro do que uma explicação do passado ou uma análise de uma tendência recente. É uma previsão de que as taxas de juros vão subir substancialmente acima da taxa de crescimento, o capital vai se acumular e de que os ricos vão ficar mais ricos graças à renda do capital e a heranças, em vez de graças a opções de ações e salários excêntricos. Apesar de todos os dados históricos impressionantes de Piketty, sua previsão é baseada principalmente em um raciocínio a priori: a distribuição de renda precisa tender à desigualdade porque a poupança se acumula.

É possível, no entanto, também encontrar facilmente fundamentos a priori para prever que forças compensatórias vão surgir se a diferença entre ricos e pobres continuar a aumentar. A democracia é uma dessas forças. Afinal, a ascensão da tributação progressiva no século XX seguiu-se aos excessos da Belle Époque.

Há poucos anos, os EUA reduziram os impostos federais sobre a renda do capital e eliminaram um imposto sobre imóveis, beneficiando apenas a parcela dos 1% mais ricos - medidas vistas amplamente como uma demonstração do poder político dos ricos. Mas imaginem se no futuro vivêssemos no mundo de Piketty, em que as heranças e as rendas do capital alimentassem uma desigualdade de renda estratosférica. Será que uma maioria de 99% ainda poderia ser persuadida a votar contra seus próprios interesses? **(Tradução de Sabino Ahumada).**